



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681147 - RS (2021/0224986-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : DIOGO ALMEIDA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DIOGO ALMEIDA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (N.5001076-38.2021.8.21.0014/RS).

O paciente foi preso preventivamente pela prática, em tese, da prática do crime de lesões corporais, bem como pelo descumprimento de medidas protetivas, deferidas nos termos da Lei Maria da Penha,

A impetrante sustenta que sofre a antecipação da pena, consubstanciada no excesso de prazo na formação da culpa, pois encontra-se segregado há mais de 6 meses.

Requer, liminarmente, a revogação da preventiva ou concessão de medidas cautelares. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente